

SUMÁRIO

Agradecimentos	11
Abreviaturas e Siglas	13
Prefácio	17
Introdução	25
1. Organização da atividade econômica e o Estado	25
1.1. Liberdade e intervenção do Estado	25
1.2. Histórico constitucional brasileiro	28
1.3. Considerações sobre a ordem econômica na Constituição Federal	31
2. A tributação como instrumento voluntário de interferência na alocação dos recursos econômicos	40
3. Objeto de estudo	55
3.1. A introdução do artigo 146-A pela EC 42/03	55
3.2. Importância, limitações e plano de estudo	60

Capítulo I

Defesa da Concorrência, 65

I.1. Livre concorrência	66
I.1.1. Concorrência perfeita e as falhas dos seus pressupostos	66
I.1.2. Falhas de estrutura e condutas	69
I.1.3. Livre concorrência como estado de equilíbrio	76
I.2. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) ...	79
I.2.1. Instituições envolvidas e arcabouço legislativo	79
I.2.2. Instrumentos de prevenção e repressão	89
I.3. Medidas no contexto do comércio internacional	103

Capítulo II

Conteúdo do Artigo 146-A, 109

II.1. Tributação para prevenir desequilíbrios da concorrência	110
--	-----

II.1.1. Considerações gerais sobre a isonomia	110
II.1.2. Princípio da isonomia tributária	115
II.1.3. Fiscalidade, extrafiscalidade e indução	124
II.1.4. Natureza da regra do artigo 146-A	128
II.2. Princípio da neutralidade tributária	141
II.2.1. Neutralidade perante o fenômeno concorrencial	141
II.2.2. Neutralidade como limitação ao poder de tributar	144

Capítulo III

Competência, Tributos Alcançados e Limites para Aplicação do Artigo 146-A, 147

III.1. Competência para o uso da tributação para prevenir desequilíbrios da concorrência	148
III.1.1. Possíveis leituras do artigo 146-A	148
III.1.2. Competência concorrente para legislar sobre direito econômico	150
III.1.3. Competência da União para a defesa da concorrência	157
III.1.4. Retornando às possíveis leituras do artigo 146-A	162
III.2. Tributos que podem ser utilizados para prevenir desequilíbrios da concorrência	168
III.2.1. Impostos	169
III.2.2. Taxas	170
III.2.3. Contribuições de melhoria	173
III.2.4. Empréstimos compulsórios	175
III.2.5. Contribuições sociais	178
III.2.6. Contribuições de intervenção no domínio econômico	181
III.2.7. Contribuições de categorias profissionais ou econômicas	185

III.3. Alcance do princípio da neutralidade tributária.....	187
III.3.1. Tributos alcançados pelo princípio	187
III.3.2. Efeitos da aplicação do princípio.....	188
III.3.3. Instituições competentes para a proteção do princípio	192
III.4. Limites constitucionais ao artigo 146-A	193
III.4.1. Limites no contexto da ordem econômica ...	193
III.4.2. Limites no contexto do sistema tributário nacional	197

Capítulo IV

Hipóteses de Aplicação do Artigo 146-A, 205

IV.1. Tributação para prevenir desequilíbrios da concorrência	206
IV.1.1. Descumprimento da legislação tributária	206
IV.1.2. Guerra fiscal do ICMS	212
IV.1.3. Imposto sobre lucros não distribuídos	217
IV.1.4. CIDE sobre atos de concentração	219
IV.1.5. Indução à internalização de custos de atividades poluidoras.....	221
IV.1.6. Indução às boas práticas concorrenciais	223
IV.2. Princípio da neutralidade tributária	223
IV.2.1. Cumulatividade	224
IV.2.2. Critérios de fixação da base de cálculo do ICMS por substituição tributária	230

Síntese Conclusiva	235
--------------------------	-----

Anexo	249
Quadro Comparativo – PEC 41/03 <i>versus</i> EC 42/03....	249

Referências bibliográficas	265
Jurisprudência.....	290
Acesso eletrônico	293